



ACÓRDÃO Nº1191/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11663/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Regiandro Albuquerque Góes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Suely Diana Ambrósio de Oliveira Lobo – OAB/AM 4859.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1788/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Recomendação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Regiandro Albuquerque Góes**, responsável da Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, exercício de 2018, conforme o art.22, inciso II, c/c art. 24, da Lei Estadual n.2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições relacionadas no item 21 do Relatório/Voto e não sanadas nesta instrução;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Regiandro Albuquerque Góes**, no valor de **R\$ 8.000,00** (oito mil reais), em face das restrições relacionadas no item 21 do Relatório/Voto, com fulcro no artigo 54, VII, da Lei Estadual n.2.423/96 e art.308, VII, da Resolução n.4/2002-TCE/AM; e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72,



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº1191/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar à origem que observe, nos próximos exercícios, os limites constitucionais regulamentados no art.29-A da Constituição Federal de 1988, sob pena de serem julgadas as contas irregulares, a luz do art.22, §1º, da Lei Estadual n.2423/96;

10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, o cumprimento da legislação ora infringida, no que se refere aos prazos legais, instalação do controle interno e os controles de patrimônio e almoxarifado; assim como, que a próxima Comissão de Inspeção observe o cumprimento da determinação.

10.5. Notificar o Sr. Regiandro Albuquerque Góes e demais interessados, enviando cópia do Relatório/Voto e o Acórdão, para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido Recurso.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Dezembro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral